

NOTA EDITORIAL



Com este boletim a Autoridade de Gestão do NORTE 2020 e a CCDRN pretendem fomentar a difusão da informação entre os múltiplos atores envolvidos na concretização dos planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar (PIICIE).

A especificidade destes planos no quadro das políticas educativas e municipais, o volume dos recursos envolvidos e as expectativas quanto aos desejáveis efeitos demonstrativos justificam um investimento específico na divulgação dos projetos e dos seus resultados.

O boletim integrará pequenos artigos sobre temas pertinentes para os PIICIE, a cargo de representantes institucionais ou de atores envolvidos, apresentará projetos específicos e assinalará iniciativas em curso ou em agenda.

Por ser o primeiro, este número apresenta elementos de enquadramento geral e de caracterização sumária dos PIICIE. Nos próximos números, consideraremos projetos e temas específicos.

Em cada número, teremos o contributo de uma entidade intermunicipal. Começamos pela CIM do Cávado, responsável pelo primeiro Plano a ser aprovado.

Fernando Freire de Sousa

Presidente da CCDR-N e da Comissão Diretiva do NORTE 2020

NESTE NÚMERO

[Planos intermunicipais – enquadramento e desafios](#)
[pág. 2]

[Os níveis de retenção e desistência nas NUTS III da Região do Norte](#)
[pág. 4]

[Promoção do sucesso escolar: desafios e caminhos partilhados pelas escolas e pelas autarquias do Cávado](#)
[pág. 6]

[Melhorar as aprendizagens das crianças e jovens - PNPSE](#)
[pág. 7]

[InfoEscolas e Escola 360](#)
[pág. 8]

COORDENAÇÃO TÉCNICA
CCDRN/ Secretariado Técnico
Emprego, Qualificação e
Inclusão Social (NORTE 2020)

APOIO EDITORIAL
Unidade de Apoio à Estratégia de
Comunicação do NORTE 2020

→ Caso deseje subscrever este boletim, [clique aqui](#).



OS PLANOS INTERMUNICIPAIS - ENQUADRAMENTO E DESAFIOS

SOBRE O (IN)SUCESSO ESCOLAR

Nas últimas décadas, a sociedade portuguesa investiu muito na educação escolar e deu passos notáveis na melhoria da escolarização das crianças e dos jovens. A Região do Norte – em especial alguns dos seus espaços, de que a sub-região Tâmega e Sousa é o melhor expoente –, deixou de se destacar pela negativa e passou a obter resultados que se situam acima das médias nacionais em diversos indicadores.

Hoje, a grande maioria dos jovens abrangidos pela obrigatoriedade da frequência escolar e formativa, até ao 12º ano de escolaridade ou aos 18 anos de idade, estão na escola ou em formação. No entanto, frequentar a escola não garante que se conclua uma formação de nível secundário, pelo que muitos jovens continuam a sair da escola sem as competências consideradas essenciais.

Usamos habitualmente duas medidas de (in)sucesso. Por um lado, temos o insucesso representado na taxa de retenção e desistência. Apesar da evolução positiva, os valores permanecem elevados: no caso da Região do Norte, temos uma média de 5,4 % no ensino básico e de 13,3 % no ensino secundário, em 2015/2016 (ver quadros neste boletim). Ao gerar atrasos nos percursos escolares, que tendem a acumular-se ao longo dos anos, este insucesso é um dos fatores da saída precoce da escola, ou seja, do abandono da escola por jovens que não concluíram uma formação de nível secundário; alguns – sempre demasiados – nem sequer concluíram o ensino básico.

Por outro lado, a transição de ano não é sinónimo de sucesso em todas as disciplinas ou áreas disciplinares. Assim, os níveis negativos em Matemática – com classificações negativas de 26 % no 5.º ano, 30 % no 6.º, 35 % no 7.º, 38 % no 8.º e 35 % no 9.º, em 2014/15 (DGEEC) –, Inglês ou Português, as três disciplinas que a

este propósito se destacam, são muito mais frequentes do que a retenção. Este insucesso revela lacunas graves nas aprendizagens e anuncia dificuldades no prosseguimento bem-sucedido de estudos.

Devemos considerar ainda um terceiro nível de sucesso, relativo à abrangência e à qualidade das aprendizagens. O objetivo da transição de ano com aprovação em todas as disciplinas não pode ser separado de uma ação pela melhoria e pelo enriquecimento das aprendizagens escolares das crianças e dos jovens, de acordo com os objetivos da educação básica e secundária e na perspetiva de desenvolvimento das áreas de competência sintetizadas em documentos como o [Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória](#).

O NORTE 2020 E OS PIICIE

De acordo com o objetivo específico da prioridade de investimento 10.1 – *Promover a melhoria do sucesso educativo dos alunos, reduzindo as saídas precoces do sistema educativo, combatendo o insucesso escolar e reforçando as medidas que promovem a equidade no acesso à educação básica e secundária*, o Programa Operacional NORTE 2020 privilegia o apoio às escolas inseridas no Programa TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) e aos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE). Estes planos integram os Pactos para o Desenvolvimento e a Coesão Territorial, contratualizados com as comunidades intermunicipais (CIM) e com a Área Metropolitana do Porto (AMP).

Os oito PIICIE aprovados na Região do Norte são compostos por 137 operações – 33 intermunicipais e 104 municipais – com a distribuição por entidade intermunicipal e a afetação financeira apresentadas no quadro 1.



Quadro 1. Operações dos PIICIE da Região do Norte

PLANOS	OPERAÇÕES PREVISTAS				Inscritos EPE+EB+ES (2015-16)	Dotação por inscrito
	Intermun.	Municipais	Total	Dotação máxima (FSE)		
Alto Minho	1	10	11	3.651.121 €	34.469	105,9 €
Alto Tâmega	2	14	16	4.334.443 €	11.168	388,1 €
AMP	1	17	18	9.842.458 €	282.330	34,9 €
Ave	9	13	22	4.908.248 €	65.268	75,2 €
Cávado	3	16	19	3.566.899 €	68.814	51,8 €
Douro	1	19	20	6.324.998 €	28.133	224,8 €
Tâmega e Sousa	9	0	9	6.714.516 €	70.245	95,6 €
Terras de Trás-os-Montes	7	15	22	5.415.317 €	14.295	378,8 €
TOTAL	33	104	137	44.758.000 €	574.722	77,9 €

Fontes: Norte 2020 e DGEEC (Inscritos na EPE - Educação Pré-escolar, no EB - Ensino Básico e no ES - Ensino Secundário)

Dos PIICIE espera-se uma ação complementar e distinta da prevista nas medidas e nos projetos incluídos nos programas da responsabilidade direta da administração educativa. Está em causa a mobilização de mais recursos para a educação, assumindo-se que a promoção de uma escolaridade prolongada e de qualidade para todos é uma tarefa de toda a comunidade. As intervenções previstas nos PIICIE implicam, em muitos casos, uma atuação multifacetada das autarquias e das entidades intermunicipais, com o estabelecimento de pontes com diversas áreas da atividade municipal, designadamente com a ação social e com a cultura.

DESAFIOS OU CONDIÇÕES DE SUCESSO DOS PIICIE



Neste texto de enquadramento dos PIICIE, justifica-se enunciar sumariamente os desafios mais notórios. Seleccionámos seis.

1. Importa não esquecer o objetivo primordial dos PIICIE a que deve obedecer a seleção de públicos-alvo, de recursos a mobilizar ou de critérios de avaliação a considerar: combater o insucesso e o abandono escolares.
2. Em 2017, quase um quarto (24,2 %) da população de 0-17 anos está em risco de pobreza ou exclusão social (INE). Muitas crianças e jovens crescem em meios socioculturais que tornam mais difíceis os seus percursos escolares,

como atestam os estudos de relação entre as condições económicas, sociais e culturais dos alunos e os resultados escolares. Não é uma fatalidade, mas uma carga que não se pode ignorar, pois as crianças e os jovens chegam todos os dias à escola com “mochilas” muito diferentes.

Não se trata de centrar a educação na ação social ou promover intervenções assistenciais, mas ter presentes estas dificuldades quando se atua em prol da melhoria das aprendizagens de todos os alunos. Apesar das limitações da sua ação, muitas vezes severas, a educação pode ser um fator importante na prevenção da reprodução intergeracional da pobreza e da exclusão social, se promover uma maior equidade, ou seja, se proporcionar condições para um maior equilíbrio no fim. Não se trata só de um problema de justiça social, mas de desenvolvimento social e económico. Diremos de desenvolvimento inclusivo, se recorrermos ao termo da Estratégia EUROPA 2020.

3. As mudanças sociais, designadamente as que estão relacionadas com as tecnologias de informação e comunicação, interpelam as escolas, as formas de ensinar e de fazer aprender e exigem novos caminhos na organização do acesso ao conhecimento, nos métodos, nos instrumentos, no próprio ofício de professor.

4. A concretização das operações incluídas nos planos implica uma relação intensa e exigente das autarquias locais com os agrupamentos de escolas e com as escolas não agrupadas, no respeito pelas autonomias institucional e profissional.

5. Igualmente importante será a cooperação com os serviços do Ministério da Educação, em especial com a Direção-Geral da Educação e com a Estrutura de Missão para o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE). Nunca será demasiado enfatizar a

importância desta cooperação, principalmente na conjugação com os planos de melhoria plurianual, no âmbito dos TEIP, e com os planos de ação estratégica das escolas, no âmbito do PNPSE, bem como nas dimensões de acompanhamento e de avaliação dos PIICIE e das suas operações.

6. Por fim, a capacitação de novos atores, em especial dos técnicos que integrarão as diversas configurações de equipas multidisciplinares, será crucial para o bom desenvolvimento dos PIICIE.

OS NÍVEIS DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NAS NUTS III DA REGIÃO DO NORTE

NO ENSINO BÁSICO

Nos últimos dez anos, observa-se uma tendência clara para a redução dos valores da taxa de retenção e desistência no ensino básico, apesar de alguma inflexão nos anos entre

2011-12 e 2013-14. A melhoria é mais notória na Região do Norte do que no Continente. À escala das NUTS III, em 2015-16, os valores variam entre 3,8 % no Alto Minho e no Cávado e 7,3 % nas TTM (cf. Quadro 2 e Gráfico 1).

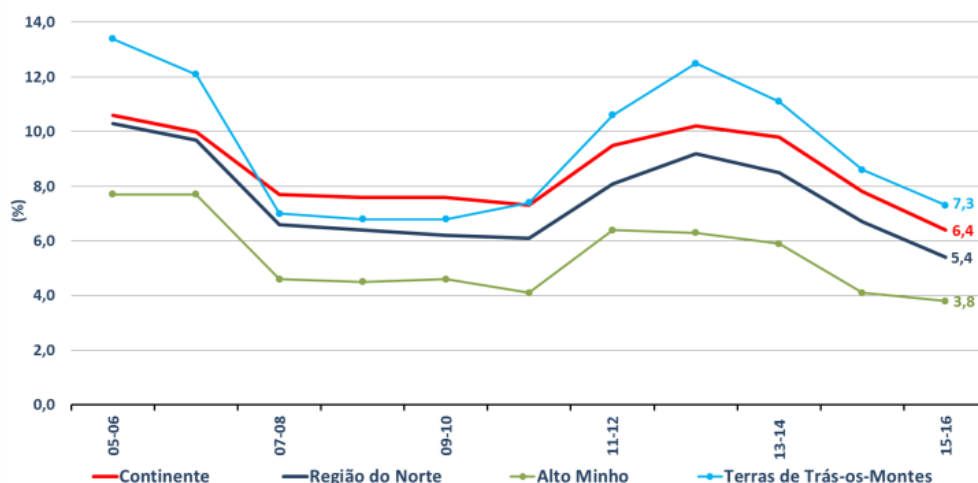
Quadro 2. Taxa de retenção e desistência, de 2005-06 a 2015-16 (%)

Ensino Básico												
Territórios	2005-06	2006-07	2007-08	2008-09	2009-10	2010-11	2011-12	2012-13	2013-14	2014-15	2015-16	Redução 25 % (1)
Continente	10,6	10	7,7	7,6	7,6	7,3	9,5	10,2	9,8	7,8	6,4	5,3
Região do Norte	10,3	9,7	6,6	6,4	6,2	6,1	8,1	9,2	8,5	6,7	5,4	4,5
Alto Minho	7,7	7,7	4,6	4,5	4,6	4,1	6,4	6,3	5,9	4,1	3,8	3,0
Alto Tâmega	12,4	12,2	8,4	8	7	8,1	9,9	11,4	9,1	6,6	6,6	5,0
AMP	10,6	9,9	7,2	6,9	6,8	6,5	8,7	9,7	9,1	7,3	5,9	5,0
Ave	9,6	9	6,3	6,6	5,9	5,3	7,1	8,4	7,4	5,9	4,8	4,0
Cávado	8,3	9	5,6	5,1	5,3	4,7	5,9	7,2	6,9	5	3,8	3,3
Douro	11,9	10,8	6,2	6,4	6,1	6,4	8,2	9,2	9,6	6,6	5,9	4,7
Tâmega e Sousa	10,8	9,7	6,6	6	5,8	6,6	9	10	9	7,1	5,8	4,8
Terras de Trás-os-Montes	13,4	12,1	7	6,8	6,8	7,4	10,6	12,5	11,1	8,6	7,3	6,0

Fonte: DGEEC, Indicadores Gerais da Educação

(1) Redução de 25 % em relação à média dos resultados obtidos no conjunto dos anos letivos de 2014-2015 e 2015-2016.

Gráfico 1.
Taxa de retenção e desistência (%) Ensino Básico



NO ENSINO SECUNDÁRIO

No caso do *ensino secundário*, dados os elevadíssimos valores de partida, a redução é mais pronunciada, especialmente nos primeiros anos em análise. A Região do Norte apresenta

sempre valores mais baixos do que o Continente. À escala das NUTS III, em 2015-16, os valores variam entre 12,3 % no Alto Minho e no Tâmega e Sousa e 19,2 % nas TTM (cf. Quadro 3 e Gráfico 2).

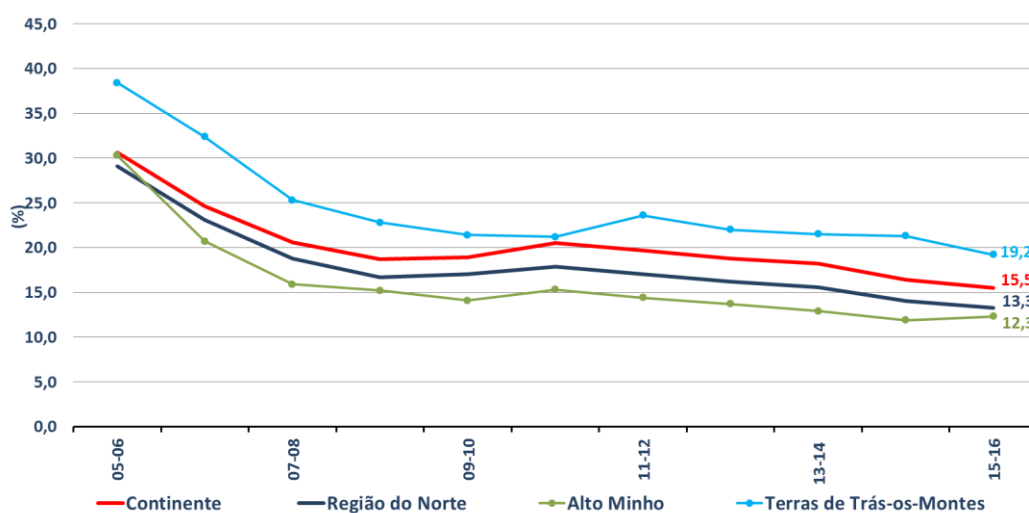
Quadro 3. Taxa de retenção e desistência, de 2005-06 a 2015-16 (%)

Ensino Secundário												
Territórios	2005-06	2006-07	2007-08	2008-09	2009-10	2010-11	2011-12	2012-13	2013-14	2014-15	2015-16	Redução 25% (1)
Continente	30,6	24,6	20,6	18,7	18,9	20,5	19,7	18,8	18,2	16,4	15,5	12,0
Região do Norte	29,1	23,1	18,8	16,7	17	17,9	17	16,2	15,6	14	13,3	10,2
Alto Minho	30,3	20,7	15,9	15,2	14,1	15,3	14,4	13,7	12,9	11,9	12,3	9,1
Alto Tâmega	29	27,1	23,4	18,5	20,7	20,8	15,4	17,8	17	14,3	13	10,2
AMP	28,7	22	18,8	16,9	17,5	18,4	17,3	16,5	15,9	13,9	13,2	10,2
Ave	24,7	20,4	17,0	17,5	16,9	16,1	16,7	15,3	16,0	13,9	13,4	10,2
Cávado	30,1	25,2	19,5	15,7	16,4	17,5	16,6	15,9	15,5	13,8	12,6	9,9
Douro	29,9	26,7	20,4	18,7	17	19,8	17,7	18,4	18,7	15,6	15,4	11,6
Tâmega e Sousa	30,8	23,8	17,7	14,5	16,2	17,4	16,4	15,2	13,1	13,5	12,3	9,7
Terras de Trás-os-Montes	38,4	32,4	25,3	22,8	21,4	21,2	23,6	22	21,5	21,3	19,2	15,2

Fonte: DGEEC, Indicadores Gerais da Educação

(1) Redução de 25 % em relação à média dos resultados obtidos no conjunto dos anos letivos de 2014-2015 e 2015-2016.

Gráfico 2.
Taxa de retenção e desistência (%)
Ensino Secundário



METAS INSCRITAS NOS PIICIE

A aplicação de uma redução de 25 % em relação à média dos resultados obtidos no conjunto dos anos letivos de 2014-2015 e 2015-2016 — redução que corresponde às metas mínimas inscritas nas operações dos PIICIE (indicador de

resultado) — determina valores entre 3,0 % no Alto Minho e 6,0 % nas TTM, no ensino básico, e valores entre 9,1 % no Alto Minho e 15,2 % nas TTM, no ensino secundário (cf. Quadros 2 e 3).



PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR: DESAFIOS E CAMINHOS PARTILHADOS PELAS ESCOLAS E PELAS AUTARQUIAS DO CÁVADO

O Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) do Cávado é um aprofundamento estratégico e operacional da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial e do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) da CIM Cávado, no domínio educativo, e um importante reforço da estratégia das políticas públicas educativas na sub-região.

Este PIICIE enquadra-se na prioridade de investimento 10.1 do PDCT do Cávado e tem uma dotação global de 3,57 milhões de euros (FSE).

A CIM Cávado assumiu, em 2016, a aposta político-institucional de antecipação do processo de elaboração do seu Plano, pelo que este foi o primeiro PIICIE a ser submetido e aprovado no NORTE 2020.

A metodologia de construção do Plano assenta no reconhecimento de que são as comunidades educativas quem melhor conhece as necessidades e as especificidades do contexto territorial e quem detém o conhecimento que permite definir uma estratégia educativa à escala da NUTS III. Para o efeito, o Plano resulta da cooperação estreita e empenhada dos municípios e das escolas do Cávado, criando condições, mecanismos e o histórico imprescindível para o desenvolvimento de dinâmicas de trabalho e o fortalecimento do trabalho de parceria em prol do sucesso educativo dos alunos.

O PIICIE estabeleceu princípios comuns orientados para a ação e com um papel regulador da diversidade de projetos a empreender: o foco no grupo-alvo; o alinhamento entre os projetos e os currículos de sala de aula; a demonstração de resultados com a avaliação, incluindo os indicadores de impacto no sucesso escolar.

É na resposta às necessidades, especificidades e dinâmicas instituídas nos territórios que abrange que o PIICIE interliga o reconhecimento do potencial das escolas como interlocutoras privilegiadas na identificação e definição

das estratégias mais eficazes na melhoria da qualidade das aprendizagens e o papel das autarquias locais enquanto facilitadoras, mediadoras e parceiras ativas no diagnóstico, no planeamento e na negociação dos projetos.

Em linha com o PNPSE, o PIICIE deu primazia à integração de medidas complementares e de reforço dos Planos de Ação Estratégica das escolas, de outras políticas educativas e de outras linhas de financiamento via POCH, designadamente a formação de professores e o crédito horário.

O Plano é composto por três projetos intermunicipais e 16 municipais, combinando medidas preventivas e medidas de intervenção dirigidas aos diferentes níveis de ensino. Realce-se a constituição de equipas multidisciplinares para atuar nos fatores de risco sociofamiliar; os programas de educação parental; as atividades de enriquecimento curricular nas expressões artísticas, culturais e desportivas; a promoção da literacia científica; a promoção da leitura e da escrita com o envolvimento das bibliotecas; a promoção das competências digitais e a capacitação institucional em rede intermunicipal.

Os projetos integram a contratação de recursos humanos, a aquisição de equipamentos e de recursos educativos digitais, o reforço dos materiais didático-pedagógicos ao dispor das escolas e ações de capacitação da rede educativa do Cávado.

Assume-se que a construção participada do Plano relevou e criou os alicerces necessários para a consolidação de uma rede de trabalho colaborativa centrada nas questões do sucesso escolar, que estimulará e reforçará o trabalho desenvolvido entre a CIM, as autarquias, os agrupamentos de escolas, as escolas não-agrupadas e outras entidades.

Luís Macedo

Primeiro Secretário Executivo da CIM do Cávado



MELHORAR AS APRENDIZAGENS DAS CRIANÇAS E JOVENS



O Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE) foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 24 de março, e tem como finalidade “promover um ensino de qualidade para todos, combater o insucesso escolar, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas”.

Num esforço continuado de resposta a um dos mais sérios entraves ao progresso na qualificação dos portugueses e na redução das desigualdades, o Programa assenta numa lógica de *bottom up*, de reforço do papel da escola e da comunidade.

São as comunidades quem melhor conhece os seus contextos, as suas dificuldades e potencialidades, sendo, por isso, quem está melhor preparado para encontrar soluções locais e conceber planos de ação estratégicas, pensados ao nível de cada escola e do território onde se encontra, como o intuito da melhoria das práticas educativas e das aprendizagens dos alunos.

→ Boas práticas e testemunhos

O sítio da internet do PNPSE apresenta “Boas Práticas e Testemunhos sobre Medidas de Promoção do Sucesso Escolar (MPSE) dos Planos de Ação Estratégica dos Agrupamentos/ Escolas PNPSE”. Em <http://pnpse.min-educ.pt/node/69>

→ Seminário nacional PNPSE em 3 de julho

O II Seminário Nacional PNPSE “**A vez e a voz das comunidades educativas**” irá decorrer no próximo dia 3 de julho de 2018, no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro. É destinado às comunidades educativas: agrupamentos de escolas, escolas não agrupadas, pais, autarquias, comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas e outros parceiros locais para a promoção do sucesso escolar.

Os Programas Operacionais Regionais (POR) incluem uma linha de ação orientada para o combate ao insucesso escolar e a diminuição do abandono escolar precoce.

As candidaturas autárquicas implicam a construção do denominado Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), que inclui um diagnóstico, linhas de intervenção com tipificação de operações (entidades executoras das ações e parcerias, cronograma temporal de execução, orçamentação), articulação e complementaridade com os planos de ação estratégica das escolas.

A implementação convergente dos planos estratégicos das escolas (agrupamentos e escolas não agrupadas) e do PIICIE autárquico (Área Metropolitana, Comunidade Intermunicipal ou/e Município) vai permitir desenvolver uma intervenção territorial articulada focada na utilização plena dos recursos constantes das operações, na melhoria das aprendizagens, na partilha de boas práticas, no reforço da ligação da escola às famílias e à comunidade.

A corresponsabilização socio-educacional alargada estimula a criação de dinâmicas locais de intervenção em resposta aos problemas e necessidades específicas das populações escolares contextualizadas no território. Em cada comunidade, a promoção do sucesso escolar de todos os seus alunos como condição natural da escola é um desígnio que requer a construção de parcerias de convergência escolar entre as diversas estruturas socioeducativas.

Que o desafio do cumprimento dos compromissos nacionais de diminuição do insucesso e abandono escolar precoce se transforme na ambição coletiva de melhoria da qualidade das aprendizagens das crianças e dos jovens de cada concelho e do nosso país.

Estrutura de Missão do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar



INFOESCOLAS ESTATÍSTICAS DE EDUCAÇÃO

O InfoEscolas – <http://infoescolas.pt> – é um portal de estatísticas dos ensinos básico e secundário, da responsabilidade da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), em articulação com o Júri Nacional de Exames.

O portal disponibiliza informação relativa a cerca de 5350 escolas, públicas e privadas, e 1 250 000 alunos e contempla os níveis e as modalidades de ensino e de formação que constituem a escolaridade obrigatória.

O InfoEscolas apresenta indicadores demográficos sobre os alunos de cada escola:

- . número de alunos por ano curricular;
- . distribuição dos alunos por idade e por sexo;
- . distribuição dos alunos por curso ou modalidade de ensino.

Integra também indicadores sobre o desempenho escolar dos alunos de cada escola:

- . taxa de retenção ou desistência;
- . percentagem de percursos diretos de sucesso (no ensino secundário, sobre os *alunos que obtêm positiva nos exames nacionais do 12.º ano após um percurso sem retenções nos 10.º e 11.º anos*; no básico, sobre os *alunos que obtêm positiva nas provas finais do 9.º ano após um percurso sem retenções nos 7.º e 8.º anos*);
- . resultados nas provas de aferição;
- . resultados nas provas finais e exames nacionais.

Além da informação por escola, o portal inclui dados para o Continente e por distrito e concelho. Está em estudo a apresentação de informação por NUTS II e III.

→ Sessão de trabalho com a DGEEC

A CCDRN e o NORTE 2020 organizarão uma sessão de trabalho, orientada pela DGEEC e destinada a responsáveis e técnicos das entidades intermunicipais e dos municípios. Pretende-se fomentar a utilização eficaz da informação estatística disponível – versando aspetos como o significado dos indicadores, a modo como são construídos, as leituras que permitem, as suas potencialidades e os seus limites – e recolher sugestões e propostas que possam levar à melhoria dos dispositivos de informação existentes. Esta sessão será também uma oportunidade para apresentação do Escola 360.

ESCOLA 360 INSTRUMENTO DE GESTÃO

“O Escola 360 é um sistema do Ministério da Educação que visa consolidar de forma centralizada, fiável, segura, os processos de gestão escolar dos alunos do ensino pré-escolar, básico e secundário. (...)”

Para os encarregados de educação é disponibilizado um conjunto de funcionalidades que contribuirão para uma maior simplificação e transparência de processos e o incremento da eficácia e da eficiência da sua interação com a Escola.

O E-360 irá centralizar todos os processos de gestão escolar dos alunos. Através desta aplicação será possível ser notificado sobre avaliações, assiduidade e outros processos do aluno. Será também através do Escola 360 que se realizará todo o processo de matrículas, renovações e transferências de alunos, independentemente da escola/agrupamento (tuteladas pelo Ministério da Educação), ciclo ou tipo de ensino.

O acesso ao E-360 está restrito a intervenientes no processo de gestão de alunos: Encarregados de Educação, Docentes, Escolas e organismos centrais do Ministério da Educação”.

(In: <https://e360.edu.gov.pt/e360/publico/perguntasFrequentes>).

A aplicação está a ser testada como projeto-piloto em 28 agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, das quais 11 da Região do Norte, nos concelhos de Braga, Cinfães, Felgueiras, Guimarães, Lamego, Maia, Matosinhos (2), Porto, Vila Nova de Gaia e Vila Real.

A generalização da aplicação deverá ocorrer no ano letivo de 2019-2020.